



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**OS EFEITOS DA INFLAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA APÓS A
IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Aluna: Dariane Antoniazzi Zamai

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Brigante

ARARAQUARA – SP

2017

DARIANE ANTONIAZZI ZAMAI

**OS EFEITOS DA INFLAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA APÓS A
IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/ Araraquara, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Brigante

Examinador: Prof. Dr. Rogério Gomes

ARARAQUARA – SP

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que me deu a vida, me sustentou e me abençoou grandemente ao colocar pessoas e abrir caminhos para que eu completasse essa jornada repleta de desafios, mas além de tudo, maravilhosa.

Aos meus queridos pais, Silvana e Rolemberg, sou grata pelo amor que sentem e demonstram, pela confiança que depositam e pelo investimento emocional e financeiro que tiveram que fazer para eu ter chegado até aqui. Agradeço também pelo amor e respeito que me ensinaram a ter pelo meu próximo e por terem sempre acreditado que eu poderia e conseguiria alcançar objetivos cada vez mais altos.

Aos meus amigos e meu namorado Lucas, por entenderem minha ausência, sempre me apoiando mostrando que eu era capaz, por partilharem comigo meus sonhos e se manterem sempre ao meu lado.

Aos meus colegas do curso, que caminharam comigo nesta jornada universitária ajudando-me no que era preciso.

Ao meu orientador Profº Dr. Paulo Brigante, pela paciência, pela orientação e troca de conhecimento. Suas preciosas sugestões fez-me sentir segura em seu saber, o que contribuiu para a elaboração do nosso trabalho.

Ao Profº Dr. Rogério Gomes que aceitou o convite para colaborar e avaliar este trabalho final, e sempre esteve presente nos anos da minha graduação.

A todos os professores e colaboradores desta Universidade, pelos ensinamentos, convívio e compreensão, cada um com sua maneira, transmitiram-me o máximo de conhecimento à minha formação como futura economista.

A todos vocês, muito obrigada.

RESUMO

O estudo realizado neste trabalho tem como objetivo discutir os impactos que a estabilização monetária garantida com a implantação do Plano Real teve sobre a distribuição de renda no Brasil no longo prazo, entre os anos de 1994 a 2010. O trabalho retrata uma breve retrospectiva a respeito dos problemas enfrentados pela população brasileira no período de altos índices inflacionários e, procura-se relatar o processo de mudança para a nova moeda, contemplando as três fases de implantação do Plano. Subsequentemente, são apresentadas como estava a distribuição de renda no Brasil antes e depois do Real, utilizando-se do Coeficiente de Gini e da distribuição de recursos. Analisa-se por fim os principais fatos das políticas econômicas que impactaram na distribuição de renda e no controle da inflação neste período e, que conseqüentemente contribuíram para a significativa e recente melhora no Coeficiente de Gini.

Palavras- chave: Inflação. Plano Real. Distribuição de Renda.

ABSTRACT

The study carried out in this work aims to discuss the impacts that the monetary stabilization guaranteed with the implementation of the “Plano Real” had on the income distribution in Brazil in the long term, between the years 1994 to 2010. The work covers a brief retrospective about the problems faced by the Brazilian population in a period of high inflation rates and describes the transition to the new currency during the three implementation phases of the “Plano Real”. Thereafter, this study presents the income distribution in Brazil before and after “Real”, using the Gini Coefficient and the distribution of resources coefficient. Finally, we analyze the main facts of the economic policies that had an impact on the income distribution and inflation control in this period. Consequently, these facts contributed to a significant improvement in the Gini Coefficient recently.

Keywords: Inflation. Plano Real. Income distribution. Gini Coefficient.

Sumário

1. Introdução.....	8
2. Inflação no Brasil e a Implantação do Plano Real	10
2.1. Da inflação à nova moeda.....	10
2.2. Fases do Plano Real	12
2.2.1. A primeira fase: ajuste fiscal e combate à inflação inercial	12
2.2.2. Segunda fase: Implantação da URV	13
2.2.3. Terceira fase: A nova moeda, o Real.....	14
2.3. Estruturação do Plano Real – Tripé de Sustentação	15
3. Os efeitos da inflação na distribuição de renda.....	17
3.1. A influência da inflação na distribuição de renda.....	17
3.2. O debate sobre inflação e distribuição de renda no Brasil.....	17
4. Distribuição de renda no Brasil.....	21
4.1. Curva de Lorenz e Coeficiente de Gini	21
4.2. Breve análise da distribuição de renda no Brasil	22
4.3. Desigualdade na distribuição de recursos	24
4.3.1. Desigualdade na distribuição de recursos dos anos 80 até o Plano Real.....	24
4.3.2. O impacto na Desigualdade na distribuição de recursos após a estabilização monetária.....	26
4.4. Coeficiente de Gini x Inflação	27
5. Análise dos fatores de impacto sobre a distribuição de renda e inflação após a implantação do Plano Real	29
5.1. Os primeiros anos de estabilização - 1995 a 1999	29
5.2. Os anos 2000 e a recente melhora na distribuição de renda	32
6. Considerações Finais.....	35
7. Referências Bibliográficas	37

Índice de gráficos

Gráfico 1: Comportamento da Inflação Mensal (1985 a 1996)	11
Gráfico 2: Proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos, 50% seguintes e 40% mais pobres (1981 a 2011)	23
Gráfico 3: Evolução temporal da desigualdade de renda <i>per capita</i> no Brasil – Coeficiente de Gini (1981 a 2011)	24
Gráfico 4: Coeficiente de Gini x Inflação (1995 a 2009)	28
Gráfico 5: Saldo Balança Comercial (US\$ milhões) x Desemprego (1991 a 2010)	30
Gráfico 6: Taxa de inflação e meta de inflação (1999 a 2010)	33
Gráfico 7: Produto Interno Bruto (PIB) – R\$ bilhões correntes (1995 a 2010)	34

Índice de figuras

Figura 1: Curva de Lorenz	21
--	----

Índice de tabelas

Tabela 1: Distribuição do rendimento anual (%) – Brasil -1981 a 1993	25
Tabela 2: Distribuição do rendimento anual (%) – Brasil – 1995 a 2011	27
Tabela 3: Desigualdade de renda no Brasil (2001 a 2009)	34

1. Introdução

Durante muitos anos a inflação esteve enraizada na economia brasileira e, desde o começo dos anos 1980, conter a inflação passou a ser o objetivo principal das políticas públicas.

Após anos de elevados índices inflacionários e diversos períodos de baixo crescimento econômico, finalmente o Brasil obteve bons resultados no controle da inflação com a implantação do Plano Real em 1994.

O Plano Real foi um programa de estabilização dividido em três fases, a primeira etapa foi o ajuste das contas públicas, a segunda tratou-se da implantação da Unidade Real de Valor (URV), unidade monetária para desindexar a economia e, por fim, a URV foi transformada em Real, a nova moeda brasileira.

A inflação pode ser considerada como uma variável cujo comportamento impacta diretamente a renda em termos reais. E, por isso, surge a necessidade de se entender melhor a sua relação com a distribuição de renda no país a partir do momento em que houve maior estabilidade no nível de preços. Em todas as pesquisas de distribuição o Brasil encontra-se com uma grande desvantagem em relação aos outros países em desenvolvimento, apresentando altos valores no Coeficiente de Gini.

Por se tratar de uma característica marcante da economia brasileira, há uma longa discussão sobre a existência de uma convergência entre a queda da inflação e uma melhor distribuição de renda. Por esse motivo, o objetivo dessa monografia é estudar os impactos da inflação sobre a distribuição de renda no Brasil após a implantação do Plano Real.

Podemos verificar que a partir da década de 80 até o início do Plano Real o crescimento da desigualdade esteve, em grande medida, associado ao processo de aceleração inflacionária. Ainda que em alguns breves momentos, como no início do Plano Cruzado (1986), verificou-se ligeira melhoria na distribuição de renda, o fato é que esta situação nunca foi persistente. Na medida em que sucederam-se várias políticas de estabilização, acentuava-se a desigualdade de renda entre os mais ricos, em detrimento dos mais pobres.

Já no período mais recente, a partir dos anos 2000 os dados apontam uma melhora significativa. Com base nos dados divulgados no Ipeadata, analisando o período de 2001 a 2011,

a renda dos 10% mais ricos da população, que representava 47,44% da renda total em 2001, reduziu para 41,81%, em contrapartida, o rendimento dos mais pobres teve um pequeno aumento. Os 40% mais pobres que detinham a pequena parcela de 8,15% da renda total em 2001, passaram a deter 10,7% da renda total em 2011, o que representa um aumento significativo de 31%.

Através dos dados apresentados neste trabalho será apresentado que, apesar da queda recente na desigualdade de renda brasileira, é notável que essa ainda permanece muito alta e o governo brasileiro precisa buscar oportunidades de melhoria, pois há uma discrepância muito grande entre os mais ricos e mais pobres.

Finalmente, esse estudo examinará a melhora real na distribuição da renda dos brasileiros a partir da implantação do Plano Real, utilizando-se do Coeficiente de Gini e da distribuição de recursos.

Esta monografia está dividida em 4 partes, além desta introdução. O capítulo 2 aborda uma breve retrospectiva a respeito dos problemas enfrentados pela população brasileira no período de altos índices inflacionários e, procura relatar o processo de mudança para a nova moeda, contemplando as três fases de implantação do Plano Real. No terceiro capítulo é apresentada a influência da inflação na distribuição de renda e o debate sobre inflação e distribuição de renda no Brasil. Já no quarto capítulo são apresentados os indicadores que medem o grau de distribuição de renda no Brasil e um estudo de dados empíricos sobre a distribuição de renda e desigualdade na distribuição de recursos que prepara essa monografia para o capítulo de fechamento. No capítulo final, analisa-se os principais fatos das políticas econômicas e como eles impactaram a distribuição de renda e o controle da inflação neste período que contribuiu para a significativa melhora na distribuição de renda mostrada nos dados empíricos do capítulo anterior.

2. Inflação no Brasil e a Implantação do Plano Real

2.1. Da inflação à nova moeda

Durante muitos anos a inflação esteve enraizada na economia brasileira e, desde o começo dos anos 1980, conter a inflação passou a ser o objetivo principal das políticas públicas.

Houve uma fase, antes do Plano Real, caracterizada por incerteza crônica, onde a população convivia com a instabilidade causada pela inflação alta e persistente, ou seja, com perdas constantes do poder aquisitivo.

Neste período, a sociedade se acostumou com o mecanismo de correção monetária, em que este tinha o intuito de proteger, ou minimizar perdas reais dos valores de ativos e contratos da economia. Este mecanismo baseava-se na correção de valores presentes indexados à inflação passada.

Nos anos 1980, após várias tentativas fracassadas de controle da inflação, ganhou relevância o diagnóstico que a inflação presente na economia brasileira era do tipo inercial. A inflação inercial tem como principal característica sua auto alimentação e tende a inviabilizar a moeda na sua função de reserva de valor e unidade de conta, devido à perda de sua credibilidade. Além disso, faz com que os agentes econômicos procurem se desfazer rapidamente da moeda, pois sabem que seu poder de compra reduz significativamente em curtos períodos de tempo, geralmente de um dia para o outro.

O principal motivo da inércia relacionava-se à memória inflacionária. Além da inflação inercial, com os preços aumentando de forma acelerada, a população e as empresas criavam uma expectativa futura da inflação para se proteger do fenômeno. O processo de proteção era criado fazendo-se uso da indexação de contratos de fornecimentos, serviços e aluguéis à correção monetária e pelo aumento dos preços à mesma taxa que ocorria no período anterior. Ou seja, a existência e permanência da inflação nesse cenário estaria relacionada ao contínuo processo de reajuste de preços e rendimentos com base no mês anterior ao qual, em diversos momentos, somava-se a expectativa futura da inflação.

De acordo com Grasel (2005) a inflação inercial ocorreu da seguinte maneira:

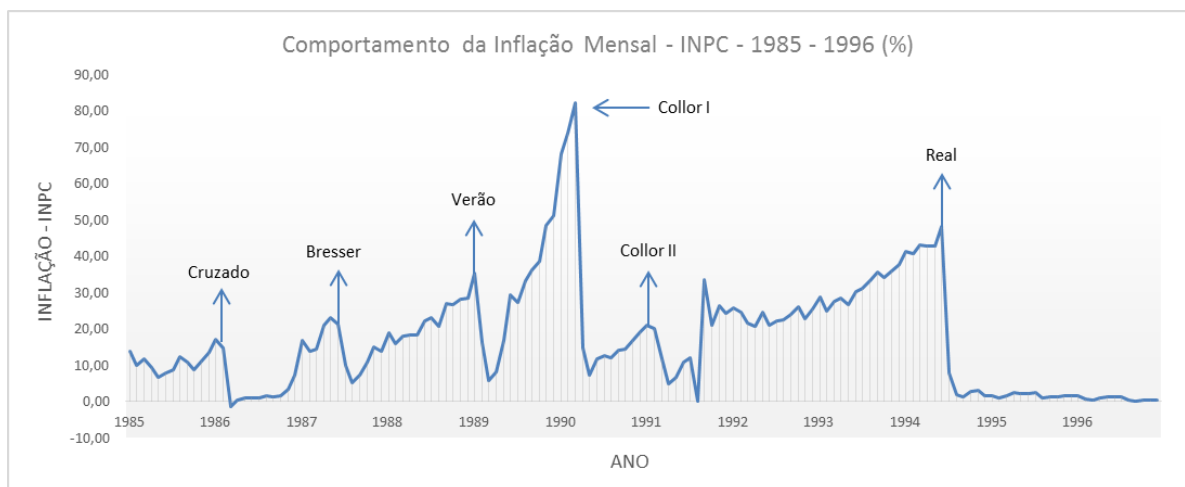
Os agentes econômicos começaram a associar inflação passada com inflação futura, e os preços começaram a se descolar dos custos de produção, sendo definidos e baseados em expectativas inflacionárias. Quando esse processo se consolida, a inflação inercial se configura, e os mecanismos ortodoxos de combate à inflação, a exemplo dos keynesianos, perdem efeito. (p.2)

Com o objetivo de conter a inflação, os agentes e as instituições promoveram uma série de mecanismos que incluíram sucessivos pacotes econômicos e planos de estabilização. Os principais mecanismos foram os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todos tiveram em comum certo sucesso inicial, porém, após pouco tempo, a inflação voltava com índices ainda mais elevados, prejudicando cada vez mais a confiança da população nas iniciativas do governo.

O déficit público crescia rapidamente em decorrência da aceleração da inflação e o índice de confiança no governo, necessário para aprovação e aceitação de qualquer política econômica, via-se em movimento cada vez mais declinante.

Finalmente, após anos de elevados índices inflacionais, e diversos períodos de baixo crescimento econômico ou recuo da economia, em 1994, o Brasil obteve bons resultados no controle da inflação através da implantação do Plano Real.

Gráfico 1: Comportamento da Inflação Mensal (1985 a 1996)



Obs: Gráfico elaborado com base no INPC, de janeiro de 1985 a dezembro de 1996.

Fonte: Ipeadata

Antes da implementação do Plano a inflação ameaçava a estrutura econômica e política brasileira, além da social. Pois ela representa um obstáculo à melhoria da distribuição de renda, pelo fato de seus custos serem muito mais agravado para a grande população pobre. Este era um problema que se agravava no Brasil porque o sistema financeiro passou a ofertar depósitos remunerados, conhecidos na época como moeda indexada, que acabavam preservando a renda da população com acesso ao sistema bancário.

Esta, por não ter acesso às instituições financeiras, acaba tendo a sua renda corroída ao longo do mês e, a consequência é a perda do poder de compra e sendo com isso a maior camada da população pagadora do imposto inflacionário. *"A inflação tem a característica de um imposto que incide sobre os detentores de moeda, chamado senhoriagem"*. (FRANCO, 1994, p. 156). Dessa maneira, era necessário encontrar um meio de combater-la.

O Plano Real foi um programa de estabilização composto por três fases, apresentado ao país pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso em 7 de dezembro de 1993.

2.2. Fases do Plano Real

Na primeira fase foi necessário um ajuste fiscal emergencial, com a contenção de gastos, permitindo presumir um déficit orçamentário próximo a zero para 1994, que recebeu o nome de Programa de Ação Imediata (PAI), ou seja, foi um mecanismo de equilíbrio orçamentário. A segunda etapa incorporou uma unidade de conta fixa para alinhar os preços relativos mais importantes da economia, estabelecendo-se um valor em aproximadamente a um dólar. A última fase do Plano Real, firmou-se na conversão dessa unidade de conta para a nova moeda do país, foi a implantação da nova moeda, o Real.

2.2.1. A primeira fase: ajuste fiscal e combate à inflação inercial

A justificação da primeira fase é baseada no propósito de que era necessário ocasionar o ajuste fiscal para a instauração do equilíbrio das contas do governo.

O ajuste fiscal se deu por intermédio de cortes profundos, e foi composto por dois programas, o Programa de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE). O primeiro programa reestabelecia a relação da União com Estados e Municípios e, as relações do Banco Central com bancos estaduais e outros. O segundo determinava uma desvinculação de 20% das receitas da União, com vistas subentendidas a realizar grandes cortes no orçamento. Criaram-se, ainda, alguns tributos e estabeleceu-se um acordo com o FMI.

A justificativa do ajuste era que existia no Brasil um déficit operacional, mas como as despesas eram fixadas em termos nominais enquanto os impostos eram indexados ao nível de preços, a inflação contribuía para fechar com um déficit operacional pequeno. É o que se chama de efeito Tanzi às avessas¹ (receitas protegidas da inflação, enquanto as despesas eram desindexadas). (MONTAGNER, 2010)

Desta maneira, o setor público estimulava o componente inercial da inflação, já que esta era relevante no fechamento das contas públicas, ou seja, o governo se tornou dependente da inflação para equilibrar suas contas.

Os cortes no orçamento aprovados pelo FSE representaram um compromisso do governo federal de desvincular práticas orçamentárias dependentes da inflação. A aprovação da emenda constitucional pelo Congresso ocorreu em fevereiro de 1994, e trouxe reconhecimento político à tese da equipe econômica de que o equilíbrio das contas era um primeiro passo fundamental para o controle da inflação.

2.2.2. Segunda fase: Implantação da URV

Com a aprovação da emenda pelo Congresso, deu-se início ao segundo passo, em que o governo introduziu, em primeiro de março de 1994, uma unidade de conta estável, denominada de Unidade Real de Valor (URV). O seu valor foi aproximadamente em paridade com o dólar.

A finalidade desta etapa era alinhar os preços relativos mais importantes da economia. Para isso, criou-se uma unidade estável de valor que pudesse adequar-se como referência aos contratos da economia por um período suficiente para adaptação dos preços, servindo como um “superindexador”.

A indexação em base diária da grande maioria dos contratos tornou mais fácil, por sua vez, a desindexação. Daí ser possível entender a URV como antídoto produzido a partir do próprio veneno, isto é, para ser livre da indexação tornou-se funcional superindexar temporariamente a economia. (OLIVEIRA, 1996, p. 45)

¹ O efeito Tanzi ocorre quando uma elevação na taxa de inflação faz com que as receitas governamentais sejam corroídas, ou seja, há uma perda de receitas. No Brasil, ele se deu às avessas, onde o governo tinha um ganho de receita com a inflação e deste modo alimentava o seu componente inercial.

A conversão de todos os contratos numa unidade de conta estável, representava que todos os contratos que estavam vigentes na economia poderiam se beneficiar da indexação diária, visto que o valor da nova unidade de conta seria redefinido diariamente, mantendo a paridade com o dólar. O intuito era amarrar a URV ao dólar, já se preparando para a chamada “âncora cambial” que viria a ser adotada na fase seguinte.

Depois de convertidos em URV, os contratos não podiam mais conter cláusulas de indexação em curto prazo e as revisões contratuais só poderiam ocorrer após um ano. Com exceção dos contratos salariais que poderiam ocorrer na próxima data-base de negociação.

O principal propósito da segunda etapa do plano foi alinhar todos os preços relativos mais importantes da economia para que não houvesse, em hipótese alguma, desalinhamentos de preços. O principal objetivo do alinhamento de preços era evitar que desalinhamentos pudessem impor pressões inflacionárias que acabariam afetando o Plano Real.

2.2.3. Terceira fase: A nova moeda, o Real

Em primeiro de julho de 1994, após um período de quatro meses de conversões de contrato, inicia-se a terceira fase do plano, caracterizada pela criação da nova moeda: o Real, que completa a reconstrução formal do sistema monetário que foi iniciada pela URV. O Real passa a assumir as reais funções de unidade de conta, reserva de valor e também meio de pagamento.

Foi estabelecido para a paridade cambial o teto máximo de R\$1,00/US\$ 1.00, e o Banco Central comprometeu-se a vender dólares sempre que o seu valor de mercado alcançasse R\$1,00, mas não era obrigado a intervir se o valor estivesse inferior. Esse processo ficou conhecido como a política cambial da banda assimétrica, com um limite superior de R\$ 1,00 e um limite inferior indefinido, mas que girava em torno de US\$ 0.83 por Real. Para tornar o processo de conversão mais ágil o governo também fixou uma taxa de R\$ 1,00 para CR\$ 2.750,00 (valor em cruzeiros reais da URV em 30 de junho de 1994) para a troca do estoque de moeda e para a conversão em reais dos contratos e preços ainda não convertidos de cruzeiro reais em URV (BACHA, 1998).

Com a substituição do Cruzeiro Real pelo Real como a moeda oficial do país, todos os contratos previamente estipulados em termos reais (isto é, em URV) passaram a ter seu valor fixo em termos nominais, ou seja, em Reais.

2.3. Estruturação do Plano Real – Tripé de Sustentação

Com o objetivo de manter a estabilidade monetária, o Plano Real se apoiou em três pilares, chamados de Tripé de Sustentação do Plano Real: âncora cambial, abertura econômica e base monetária rígida (com a elevação dos juros).

O primeiro pilar, âncora cambial, trata-se basicamente da segunda e terceira fase do Plano Real, em que, com o desafio de recompor a confiança dos agentes econômicos, é implantada uma nova moeda atrelada ao dólar, garantindo assim que, independentemente do que pudesse vir a acontecer à nova moeda (o real), se manteria o mesmo poder de compra. A estratégia mantinha uma taxa de câmbio valorizada com o propósito de facilitar as importações, o que por consequência desfavorece as exportações. (GRASEL, 2005)

Com uma taxa de câmbio excessivamente valorizada, associada ao segundo pilar do Plano, a política de abertura econômica, mirava-se criar uma situação de maior concorrência para as empresas brasileiras. Porém, havia dois aspectos negativos para a economia. De um lado as empresas brasileiras perdiam mercado interno porque os concorrentes internacionais conseguiam colocar seus produtos no mercado brasileiro em condições bastante favoráveis e, de outro lado, as empresas brasileiras perdiam força no mercado internacional, pois o câmbio excessivamente valorizado tornava os produtos brasileiros mais caros no exterior. O aspecto positivo é que se estabeleciam melhores condições para a importação de máquinas e equipamentos para o processo de reestruturação e melhoria do parque industrial brasileiro, fator importante na ampliação de competitividade dessas empresas. (GRASEL, 2005)

Entre essa estratégia que se fundamentava na tentativa de dificultar ao máximo a capacidade de remarcação de preços para as empresas no mercado interno, o terceiro pilar tratava-se de uma base monetária rígida, cujo objetivo básico era sustentar uma taxa de juros suficientemente elevada para manter um controle rigoroso da demanda efetiva e evitar flutuações e instabilidade na economia. A macroeconomia mostra que uma taxa de juros suficientemente elevada que favorece o prestador tende a estimular a poupança e desestimular os gastos em consumo e investimento. (GRASEL, 2005)

Os três pilares foram instrumentos de redução de demanda efetiva e, conseqüentemente, recessiva para a economia do país. A abertura econômica e o câmbio excessivamente valorizado restringiram a capacidade das empresas de negociar com o mercado interno e externo e,

juntamente com a política de juros altos, restringiu os gastos da população em consumo e investimentos, justificando assim o recesso econômico vivido nesse período.

O próximo passo será verificar, no longo prazo, no período de 1995 a 2010, como o controle da inflação influenciou na distribuição de renda, para isso serão utilizados dados empíricos.

3. Os efeitos da inflação na distribuição de renda

3.1. A influência da inflação na distribuição de renda

Há uma longa discussão sobre a existência de uma convergência entre a queda da inflação e a melhoria na distribuição de renda, principalmente por se tratar de uma característica marcante da economia brasileira.

Em todas as pesquisas de distribuição de renda o Brasil encontra-se em uma das últimas posições, pois uma grande parcela da população vive em uma camada econômica de pobreza e uma pequena parte da população tem em seu poder aquisitivo uma grande parcela da renda.

Nas décadas anteriores a adoção do Plano Real, anos 80 e início da década de 90, a inflação foi, muitas vezes, o objetivo principal das políticas públicas. Pois, com o descontrole inflacionário, há um ambiente de incerteza que prejudica os planejamentos, afetando as decisões de investimentos do governo, empresas e da população, pois os cidadãos não tem um controle de suas rendas para os períodos seguintes, interferindo na distribuição de renda, principalmente dos mais pobres que não conseguem se proteger da instabilidade inflacionária e pela ilusão monetária.

Com a implantação e do Plano Real tiveram êxito no controle inflacionário e notou-se que na década seguinte os indicadores de distribuição de renda passaram a apresentar melhores resultados.

Devido a este cenário apresentado no Brasil foram muitos os pesquisadores que buscaram uma explicação para a melhoria na desigualdade de renda, sendo assim, nesse capítulo serão apresentadas opiniões divergentes sobre a existência de uma convergência entre as duas variáveis econômicas.

3.2. O debate sobre inflação e distribuição de renda no Brasil

A inflação sem controle tem uma contribuição importante para que um país sofra com a desigualdade de renda. Hoffmann (2001) argumenta que no ano de 1989, a inflação acelerada contribuiu para que a desigualdade de renda chegasse ao ponto máximo no Brasil e o maior entre todos os países pesquisados pelo coeficiente de Gini, mostrando a correlação que a inflação mantém com a desigualdade de renda.

O ministro Fernando Henrique Cardoso e sua equipe publicaram em 1993 o projeto de um novo plano de estabilização, o Plano Real, contendo nele um breve diagnóstico da crise fiscal brasileira e proposições relativas à estabilização da economia e, um dos pontos apresentados com bastante relevância foi a importância de o país ter uma estabilidade de preços para criar condições para a distribuição de renda.

Com o propósito de retomar a estabilidade monetária, o Plano Real trouxe consigo alguns benefícios à classe mais pobre do país, a começar pela eliminação da pressão inflacionária vivida pela população durante toda a década de 80 até meados dos anos 90.

A inflação é o mais injusto e cruel dos impostos. São os mais pobres que o pagam. Empresas e famílias de alta renda aprenderam a se defender [...]. Enquanto isso os assalariados de baixa renda e a legião dos excluídos do Brasil industrial vêm deteriorar-se a cada dia o valor de seus escassos rendimentos. Não há, assim, política social mais eficaz do que a queda da inflação. Combater a fome, priorizar o gasto público com programas de cunho social e aumentar sua eficiência é obrigação de um governo [...]. Mas só a estabilidade de preços criará condições para a distribuição de renda, permitindo preencher o abismo entre o Brasil rico, industrializado, moderno e eficiente e o Brasil miserável, de tudo desprovido. (CARDOSO, 1993, p. 116)

Neri (2006) defende em seu artigo *Desigualdade, Estabilidade e Bem-estar social*, que o objetivo do Plano Real não foi a melhora na distribuição de renda, mas o controle da inflação gerou resultados positivos ao se verificar ao longo dos anos e produziu impactos de melhoria nos indicadores sociais baseados em renda per capita.

O ganho maior da estabilização inflacionária obtida na introdução do Real foi a redução de incertezas e o boom de crescimento associado, sem falar na melhora da operação de políticas distributivas. O objetivo do Real não foi a redistribuição de renda, mas ele acabou por gerar um efeito de potencializar a operação de políticas públicas, algumas delas distributivas tal como a de investimentos em educação. (NERI, Marcelo, 2006, p.23)

Barboza (2008) estudou empiricamente a relação entre inflação e distribuição de renda utilizando dados de diversos países e, chegou à conclusão de que há uma correlação entre os dois índices econômicos. *“À primeira vista, nota-se uma relação positiva entre as duas variáveis, ou seja, países com maior inflação apresentam maior desigualdade de renda.”*

Neste trabalho foi constatado que com o descontrole inflacionário, há um ambiente de incerteza que prejudica os planejamentos, afetando as decisões de investimentos do governo, empresas e da população, pois os cidadãos não conseguem ter um controle de suas rendas para os períodos seguintes, interferindo na distribuição de renda, principalmente dos mais pobres que não conseguem se proteger da instabilidade inflacionária e pela ilusão monetária.

Com o controle da inflação, diminui-se a perda do poder de compra de salários e transferências não indexadas, que ocorre com o aumento dos preços. Como a renda dos mais pobres tende a depender mais dessas receitas – já que pessoas de alta renda possuem comparativamente mais retornos ligados a rendimentos de capital ou fontes indexadas – eles têm um ganho relativamente maior com esse efeito, ocorrendo uma diminuição da desigualdade de renda. (BARBOZA, 2008, p.11).

Mercadante (2010) defende em sua tese de doutorado que a estabilidade de preços quando não acompanhada de crescimento econômico e de políticas de distribuição de renda tem um alcance limitado para efeito de distribuição de renda.

Com o Plano Real, o controle da hiperinflação e o aumento do salário mínimo tiveram, em 1994/95, um impacto imediato positivo sobre a redução da pobreza e os rendimentos dos trabalhadores. Mas esse processo se diluiu nos anos seguintes e, no caso dos rendimentos, se reverteu a partir de 1996, evidenciando que, embora indispensável, a estabilidade de preços, quando não acompanhada de crescimento econômico e de políticas de distribuição da renda e da riqueza, tem um alcance limitado como instrumento de homogeneização social. (MERCADANTE, 2010, p. 154)

Com o objetivo de discutir os impactos que o Plano Real teve sobre a distribuição de renda no Brasil entre os anos de 1994 e 2002, bem como suas limitações em modificar o caráter estrutural distributivo, que dependem de uma série de outras variáveis, Coelho (2010) defende que a estabilização inflacionária trouxe consigo alguns benefícios à classe mais pobre da população dos anos 90, pois com a inflação controlada fica mais perceptível o poder de compra.

A inflação é tida como um entrave à melhoria da distribuição de renda, pelo fato de seus custos serem muito mais altos justamente para a grande maioria da população pobre, que não tendo acesso às instituições financeiras, acabam tendo a sua renda corroída pela inflação ao longo do mês, perdendo poder de compra e sendo com isso a grande pagadora do imposto inflacionário. (COELHO, 2010 p.2)

Apesar dos benefícios à classe mais pobre da população, Coelho afirma em sua pesquisa que o Plano Real incorreu em severos custos sociais e não houve melhora significativa na distribuição de renda.

Dado que não houve melhora significativa na distribuição de renda, a despeito de uma melhora na taxa de pobreza do país, pode-se concluir que se, por um lado, o Plano Real conseguiu a estabilização da economia, de outro lado incorreu em severos custos sociais, que podem se verificados pelas altas taxas de juros, baixos níveis de investimento privado e público, desemprego, entre outros. (COELHO, 2010 p.1)

Coelho (2010) concluiu seu trabalho afirmando que enquanto não houver um projeto que priorize de fato a redistribuição da renda, de forma efetiva e consistente, a perversa situação distributiva atual não será alterada.

4. Distribuição de renda no Brasil

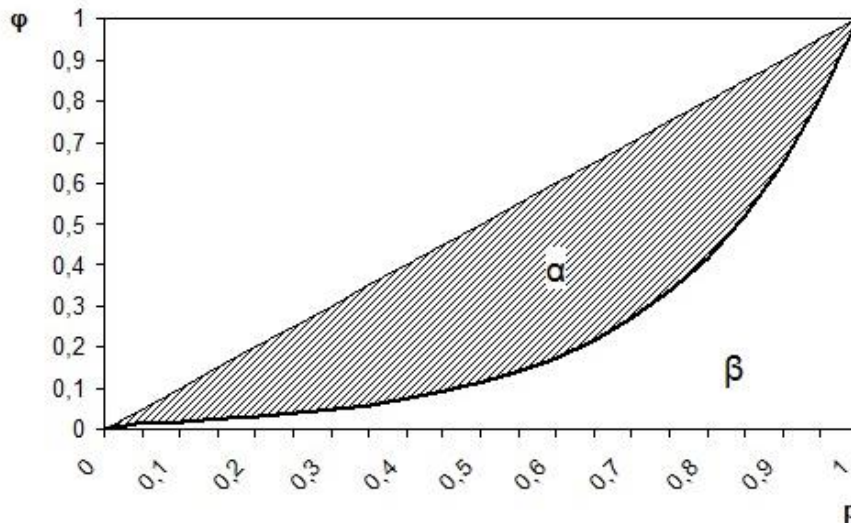
4.1. Curva de Lorenz e Coeficiente de Gini

Há diversos indicadores que medem o grau de distribuição de renda nos países, porém o mais utilizado é o Coeficiente de Gini, sendo assim, o utilizaremos para mensurar a desigualdade de renda no Brasil. Faremos uma análise de como estava e como ficou após a implantação do Plano Real.

Sua construção é baseada numa curva chamada “Curva de Lorenz”, da qual é obtida a partir da distribuição das pessoas segundo o seu nível de renda. Ela é uma representação gráfica em que as pessoas são alocadas de forma crescente com suas rendas, um eixo representa as frações acumuladas da população e o outro corresponde as frações acumuladas da riqueza total.

O gráfico abaixo ilustra uma curva de Lorenz, relacionando a parcela acumulada da renda (Φ) no eixo vertical com a parcela acumulada da população (p) no eixo horizontal.

Figura 1: Curva de Lorenz



Em uma distribuição de renda perfeitamente igualitária, os dez por cento mais pobres da população devem receber dez por cento da renda, metade da população, metade da renda, e assim sucessivamente. Se isso ocorresse, a Curva de Lorenz seria uma linha reta com inclinação de 45 graus no gráfico. Essa linha é chamada de Linha da Perfeita Igualdade e é usada como parâmetro de referência para a análise de distribuições reais. (MEDEIROS, 2006)

Devido ao fato de a população ser alocada em ordem crescente de suas rendas, a Curva de Lorenz de uma população desigual é sempre convexa, isto é, ela sempre forma um arco abaixo da Linha de Perfeita Igualdade e, quanto mais próxima da base do gráfico, maior a desigualdade entre os habitantes. O coeficiente de Gini corresponde ao dobro da área (α) entre a curva de Lorenz (a que forma um arco no gráfico) e a diagonal (que representa a distribuição na qual todos têm exatamente a mesma renda).

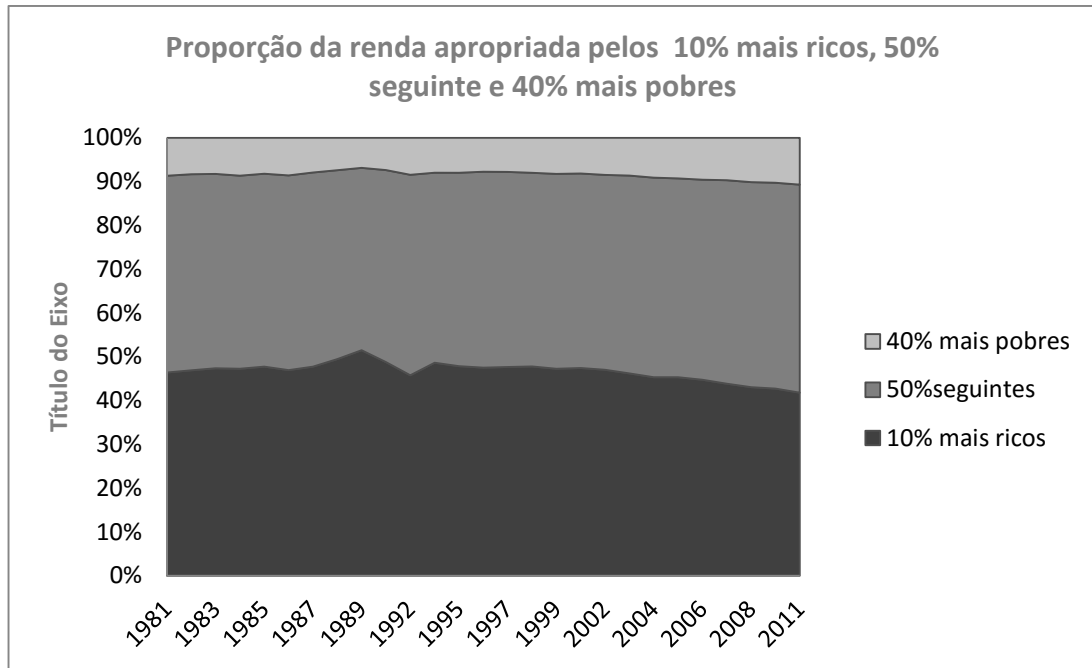
O coeficiente varia de zero a um e, quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Se a renda de toda a população fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. (NERI, 2006)

4.2. Breve análise da distribuição de renda no Brasil

No Brasil, a distribuição de renda sempre foi um problema social de preocupação secundária pelas políticas públicas. A consequência foi o desenvolvimento do país com altos índices de desigualdade, sendo considerado um dos piores do mundo, pois uma pequena parcela da população tem grande parte da renda e dos ativos financeiros em seu poder e uma grande parte da população vive em uma camada econômica de pobreza e miséria.

Como podemos verificar no gráfico abaixo, ao longo das últimas décadas a população brasileira 10% mais rica possui por volta de 45% da renda total, enquanto os 40% mais pobres da população possui menos de 10% da renda total. No gráfico fica extremamente visível quanto o Brasil é um país com grande concentração de renda.

Gráfico 2: Proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos, 50% seguintes e 40% mais pobres (1981 a 2011)



Obs: gráfico elaborado com base no Pnad/IBGE, de 1981 a 2011.

Fonte: Ipeadata

Entretanto, este cenário está se transformando, os dados econômicos e os indicadores apontam uma melhoria significativa e contínua no aumento da distribuição de renda no Brasil, garantindo melhores índices de igualdade e de desenvolvimento das camadas mais pobres da sociedade.

As medidas de distribuição de renda familiar per capita mostram que a trajetória de melhorias, iniciada em meados da década de 1990, assume uma intensidade mais acentuada a partir de 2001, assim permanecendo ao longo dos anos subsequentes, até os anos atuais, mas neste trabalho analisaremos até 2010. Um dos resultados desse processo é que, a desigualdade vem alcançando seu menor nível (ver gráfico 3).

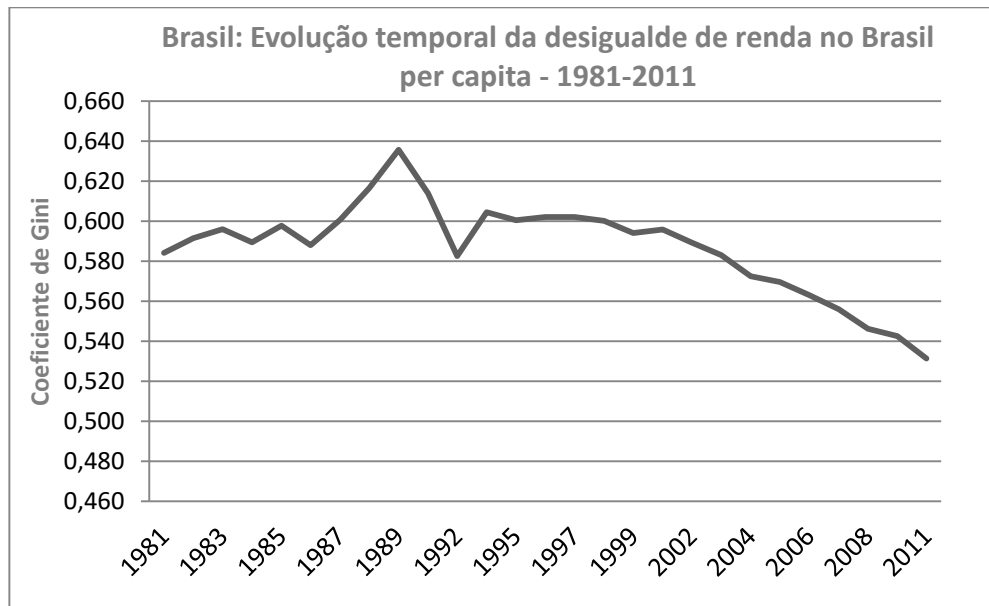
Grande parte desta melhora está associada à estabilização monetária proporcionada pela implantação do Plano Real no ano de 1994.

Vale lembrar que sempre que ocorrem reduções no grau de desigualdade de renda significa que os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade. Analisando a curva de Lorenz, uma redução na desigualdade significa um

deslocamento dessa curva na direção da reta de perfeita igualdade. Isso ocorre se a renda média dos mais pobres crescer mais do que a renda média total. (BARROS, R. et al, 2006)

Pode-se verificar no Gráfico 2, que a alteração no Índice de Gini observada ao longo do Plano Real, deveu-se principalmente à perda da apropriação de renda ocorrida no topo da pirâmide, ou seja, entre os 10% mais ricos da população.

Gráfico 3: Evolução temporal da desigualdade de renda *per capita* no Brasil – Coeficiente de Gini (1981 a 2011)



Obs: gráfico elaborado com base no Coeficiente de Gini, de 1981 a 2011.

Fonte: Ipeadata

Ao longo de todo o trabalho, a desigualdade de renda analisada é sempre associada à distribuição de pessoas segundo a renda domiciliar per capita. As informações utilizadas são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

4.3. Desigualdade na distribuição de recursos

4.3.1. Desigualdade na distribuição de recursos dos anos 80 até o Plano Real

Os anos 80 ficou conhecida como a década perdida, pois foi marcada pela estagnação econômica, com o aumento da inflação, da intervenção estatal – através de sucessivos planos

de estabilização econômica – e com a forte concentração de renda, atingindo o patamar de 0,636 no Coeficiente de Gini em 1989.

Analisando o período de 1981 a 1989, a renda dos 10% mais ricos da população brasileira, que representava 46,4% da renda total em 1981, elevou-se para 51,5% (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição do rendimento anual (%) – Brasil -1981 a 1993

Parcela da População	Distribuição do rendimento anual (%) - Brasil												
	ano												(2):(1)
	(1)											(2)	
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	
1% mais ricos	12,67	13,02	13,47	13,19	13,61	13,77	14,11	14,41	16,48	14,20	13,23	15,09	30,05%
10% mais ricos	46,40	46,91	47,38	47,27	47,75	46,95	47,75	49,47	51,50	48,78	45,78	48,64	10,97%
50% seguintes	44,93	44,77	44,37	44,08	44,04	44,46	44,33	43,13	41,64	43,84	45,77	43,39	-7,33%
40% mais pobres	8,66	8,32	8,25	8,65	8,20	8,59	7,93	7,40	6,87	7,37	8,45	7,97	-20,74%

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no Ipeadata.

O aumento foi ainda pior no estrato dos 1% mais ricos. Estes que em 1981 detinham 12,67% da renda total, aumentaram sua participação para 16,48%, o que representa um incremento de 30%.

Em contrapartida, o rendimento dos mais pobres diminuiu. Os 40% mais pobres que detinham a pequena parcela de 8,66% da renda total em 1981, passaram a deter em 1989 apenas 6,87% da renda total, o que representa uma queda de 20,7%.

Observa-se ainda, que o processo de concentração de renda se agravou principalmente a partir da segunda metade da década de 80, mas apresentou pequenas melhorias logo no início da década de 90, em que a renda dos 1% mais ricos teve uma redução de 8,4 % em 1993 comparado com 1989 e, a renda dos 40% mais pobres passou de 6, 87% em 1989 para 7,97 % para 1993.

Podemos verificar que na década de 80 até o início do Plano real o crescimento da desigualdade esteve, em grande medida, associado ao processo de aceleração inflacionária, em que este foi se agravando com as sucessivas intervenções na política de estabilização, que tendeu a privilegiar os mais ricos, em detrimento dos mais pobres.

A história do Brasil entre 1980 e 1993 mostrou, e vários estudos confirmaram para um conjunto grande de países, a correlação perversa entre inflação e má distribuição de renda. A inflação brasileira saltou de 80% ao ano em 1980 para mais de 1.500% ao ano em 1990, deixando poucas dúvidas sobre os impactos negativos que altas taxas de inflação produzem sobre a distribuição de renda de uma sociedade. (ARBIX, Glauco, 2007, p.137)

Em 1994 a inflação foi controlada com a implantação do Plano Real, mas as mudanças na distribuição de renda não ocorreram repentinamente.

4.3.2. O impacto na Desigualdade na distribuição de recursos após a estabilização monetária

O Plano Real trouxe consigo algumas melhorias à classe mais pobre da população, a começar pela eliminação da pressão dos altos índices inflacionária sentida durante toda a década de 80 até meados dos anos 90.

Acreditava-se que com a estabilidade monetária, a distribuição de renda iria melhorar automaticamente. Entretanto, o período ainda era de instabilidade econômica no país e, a distribuição de renda se manteve nos mesmos patamares nos primeiros anos após o controle inflacionário alcançado com o Plano Real (tabela 2).

Tabela 2: Distribuição do rendimento anual (%) – Brasil – 1995 a 2011

Parcela da População	Distribuição do rendimento anual (%) - Brasil														
	ano														
	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
1% mais ricos	13,81	13,53	13,78	13,86	13,24	13,90	13,42	13,08	12,98	12,99	12,77	12,51	12,12	12,10	11,76
10% mais ricos	47,85	47,52	47,67	47,79	47,27	47,44	47,03	46,20	45,33	45,33	44,75	43,85	43,06	42,74	41,81
50% seguintes	44,16	44,73	44,54	44,21	44,49	44,41	44,50	45,17	45,56	45,40	45,68	46,46	46,81	47,00	47,49
40% mais pobres	7,99	7,75	7,79	7,99	8,24	8,15	8,47	8,63	9,10	9,27	9,57	9,68	10,13	10,26	10,70

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no Ipeadata.

Obs: não tem informações de 2010.

A partir de 2001 pode-se notar que a distribuição de renda vem apresentando melhorias, a renda dos 40% mais pobres cresceu a uma taxa média de cerca de 3% a.a., enquanto a renda dos 1% mais ricos decresceu a uma taxa média de 1,5% a.a.

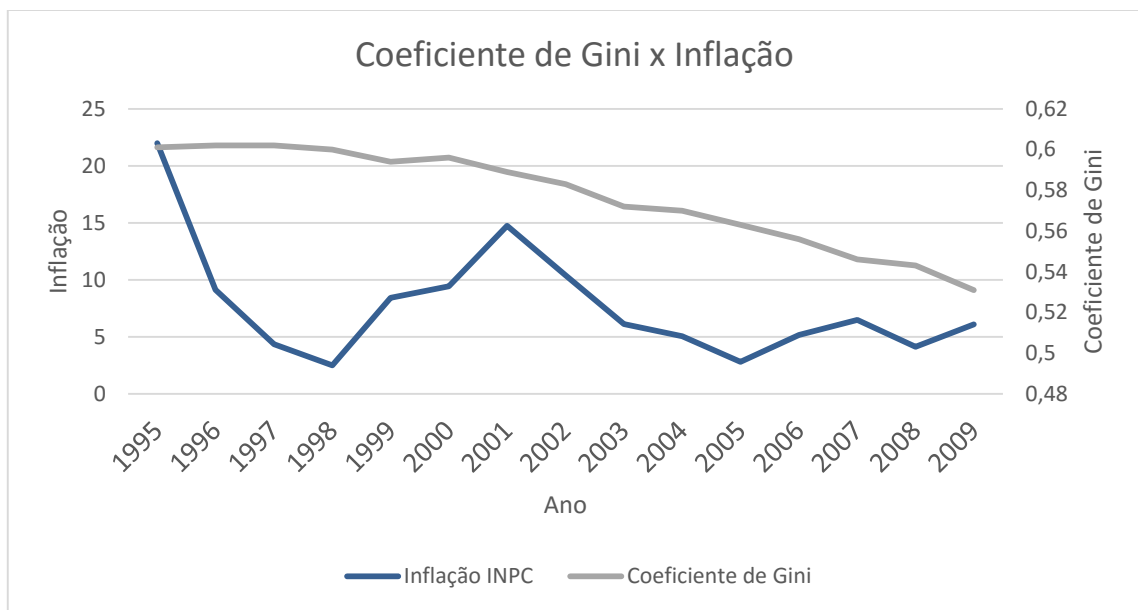
Analisando o período de 2001 a 2011, a renda dos 10% mais ricos da população, que representava 47,44% da renda total em 2001, reduziu para 41,81%.

Em contrapartida, o rendimento dos mais pobres teve um pequeno aumento. Os 40% mais pobres que detinham a pequena parcela de 8,15% da renda total em 2001, passaram a deter 10,7% da renda total em 2011, o que representa um aumento significativo de 31%.

4.4. Coeficiente de Gini x Inflação

Para melhor entender como a inflação influencia na distribuição de renda no Brasil, podemos verificamos o seguinte gráfico com o Coeficiente de Gini e as taxas de inflação anuais de 1995 a 2009, quando o país passou a ter taxas controladas de inflação.

Gráfico 4: Coeficiente de Gini x Inflação (1995 a 2009)



Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no Ipeadata.

É possível analisar que há uma correlação entre os índices de inflação e distribuição de renda medidos no Brasil, pois a partir de 1995 com a inflação controlada, o Coeficiente de Gini apresentou uma curva decrescente. Pode-se notar também, que o índice passou a decrescer de maneira mais acentuada a partir de 2001, quando a inflação não apresentou aumentos inesperados pela população.

Esse gráfico representa claramente o quanto é importante o país buscar a estabilidade monetária, já que o cenário contrário contribui para o aumento da concentração de renda, afetando inclusive as políticas econômicas do país.

Porém, podemos constatar através dos dados apresentados que apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira ainda permanece muito alta e tem muito oportunidade para diminuir.

5. Análise dos fatores de impacto sobre a distribuição de renda e inflação após a implantação do Plano Real

Após a estabilização monetária até os dias atuais, o Brasil passou por períodos em que apresentou melhorias significativas na distribuição de renda, principalmente após os anos 2.000. Porém, através dos dados apresentados no terceiro capítulo, podemos verificar que tiveram períodos na economia que não apresentaram impactos na distribuição de renda, nem positivamente e nem negativamente.

Neste quarto e último capítulo será apresentado fatos importantes da política econômica, que contribuíram e impactaram nos efeitos da distribuição de renda.

5.1. Os primeiros anos de estabilização - 1995 a 1999

Com o propósito de manter a estabilidade da moeda, de 1995 a 1999, o “Banco Central formalmente adotou o sistema de bandas cambiais, estabelecendo os limites de flutuação” (SILVA, 2002, p.8) que foram desvalorizando no decorrer do tempo, aos poucos a moeda nacional frente ao dólar, sendo estabelecido um teto e um piso para flutuações em que R\$1,00 não deveria estar valendo menos que US\$1,00.

Com a estabilidade da moeda e juntamente com a apreciação cambial, o rendimento médio dos trabalhadores apresentou um ganho real significativo, decorrente da eliminação de parcela significativa do imposto inflacionário, em que se deu de maneira mais acentuada para os que percebiam rendimentos mais baixos.

Com as taxas de juros elevadas e o limite de flutuação de R\$1,00 para cada US\$1,00 mantiveram o Real valorizado, e a abertura econômica garantida em 1990 fez com que os produtos importados estivessem a um preço mais acessível que os nacionais, o consumidor opta, então, pelos produtos importados. “*A primeira coisa que acontece quando o câmbio é sobrevalorizado é a seguinte: o país começa a sacar sobre o exterior.*” (NETTO, 1997, p. 93).

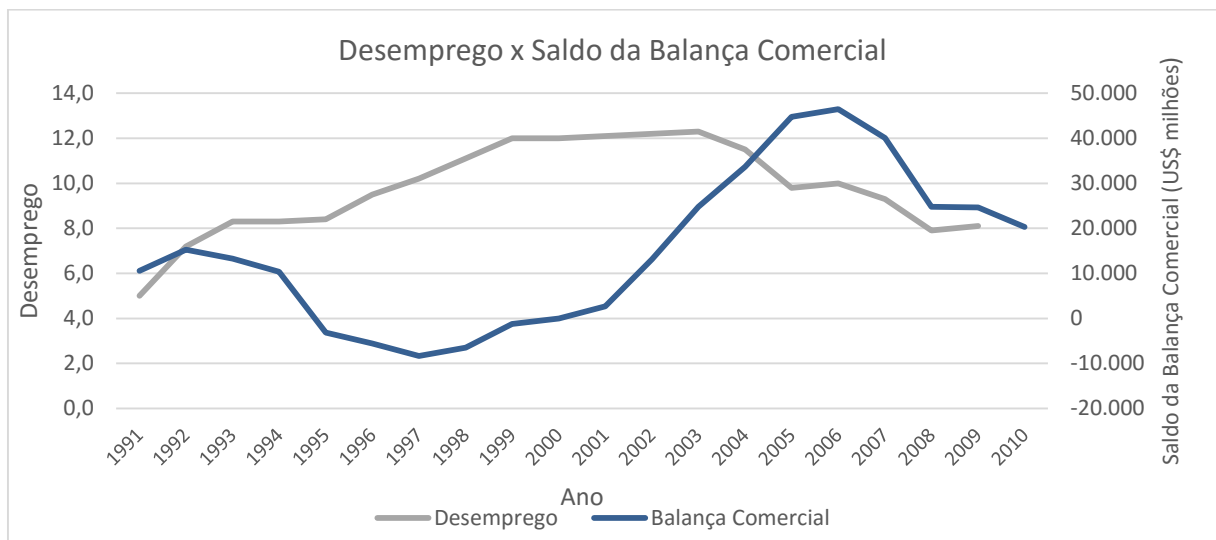
As amplitudes dos desajustes produzidos no setor externo refletiram no déficit das transações correntes, que até 1994, dado o superávit na balança comercial, mantinha-se em níveis baixos (US\$1,7 bilhão).

A apreciação cambial amplificou extraordinariamente os efeitos da abertura comercial, provocando um aumento espetacular das importações (111% entre 1993 e 1996, contra um crescimento do PIB de apenas 13,7% no mesmo período) e implodindo a balança comercial, que de um superávit de US\$13,3 bilhões em 1993 passa a um déficit de US\$5,5 bilhões em 1996. (TAVARES, 1997, p. 101).

O resultado do aumento das importações foi um enfraquecimento da indústria brasileira. *“A produção interna foi prejudicada pelas facilidades encontradas na importação, a preços baixos, de produtos similares, favorecidas pela queda das tarifas externas.”* (BARI, 1997, p. 286).

A perda de competitividade dos produtos brasileiros tem como fator determinante a sobrevalorização do câmbio, pois ela barateia as mercadorias importadas e encarece as exportações nacionais, afetando diretamente a taxa de desemprego.

Gráfico 5: Saldo Balança Comercial (US\$ milhões) x Desemprego (1991 a 2010)



Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no IBGE / PME PEA - % desocupados

Observando a gráfico acima, podemos verificar que a Balança Comercial brasileira, a partir da implantação do Plano Real, constituiu em um déficit orçamentário, gerando consequências negativas para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O comportamento das

empresas e da população explica em parte a contração que ocorreu no PIB brasileiro nos primeiros anos de estabilização monetária.

O desemprego no país foi muito afetado com a abertura comercial juntamente com a valorização do câmbio, pois os produtos importados estavam mais vantajosos para os consumidores, prejudicando assim a nossa indústria e afetando diretamente a taxa de desemprego, em que está passou de 8,3% em 1994 para 12% em 1999², desta maneira não havia um ambiente propício para o crescimento das empresas e do PIB.

Pode-se dizer que a distribuição de renda se alterou quase que de maneira insignificante no Brasil ao longo dos anos 90, a constância desse índice deveu-se a maior taxa de desemprego e ao movimento em sentido à informalidade do emprego, resultado da abertura comercial.

Crises externas afetavam o Brasil, em 1997 houve a crise asiática, e em 1998 a declaração de moratória russa que deixaram o mercado internacional mais sensível. O sistema de bandas cambiais não fornecia ao país proteção às crises.

No começo do ano de 1999 houve, então, a flexibilização da taxa cambial brasileira, o país encontrava-se em uma situação que não havia mais condições para que a taxa cambial permanecesse artificialmente alta, pois afetava negativamente a credibilidade do regime e as condições de crescimento econômico do país. A taxa cambial, então passou de fixa para flutuante.

Com a taxa cambial flutuante e devido às pressões externas e à fuga de capital do país, começou um processo de desvalorização diária, a média da taxa cambial em 1999 foi de R\$1,81/US\$1,00.

Com a desvalorização da moeda houve uma pressão inflacionária, pois a importação ficava mais caro e a exportação passava a ser atraente, então, o Banco Central, para manter a inflação em patamares toleráveis e favoráveis ao desenvolvimento econômico em junho de 1999 instalou um novo regime chamado “Regime de Metas para a Inflação”.

Este regime buscava, acima de tudo, a continuidade da estabilização monetária e a confiabilidade necessária para que as políticas de estabilização pudessem continuar a ser aceitas, tanto no mercado internacional como no mercado nacional. O Banco Central fixaria

² Fonte de Dados: Ipeadata

uma meta para a inflação anual e interferiria na economia para que essa meta fosse atingida, utilizando da política monetária, a partir da taxa de juros básicos da economia, a Taxa Selic³.

A taxa de juros seria o maior e mais poderoso instrumento contra o aumento da inflação. Elevando a taxa de juros básicos da economia, o Banco Central tinha o objetivo de que a população escolhesse pela poupança do dinheiro ao invés do consumo, desta maneira haveria um equilíbrio na oferta e demanda de bens e serviços, não tendo um aumento muito grande nos preços. Dessa forma, a inflação torna-se controlada e o poder de compra da população, inclusive de baixa renda, se mantém constante e não gera impactos negativos na distribuição de renda.

5.2. Os anos 2000 e a recente melhora na distribuição de renda

No começo dos anos 2000, a inflação, com o regime de metas, estava em um estágio aceitável, não passando da meta estabelecida pelo governo. Em meados de 2001, uma nova crise rapidamente reduziu o crescimento do PIB. Essa crise resultou de três fatores diferentes: o racionamento de energia elétrica, o colapso econômico da Argentina e a recessão americana. A desaceleração da economia mundial prejudicou a economia nacional de maneira a desvalorizar a moeda e causar a inflação acima da meta pré-estabelecida (LOPES, 2011).

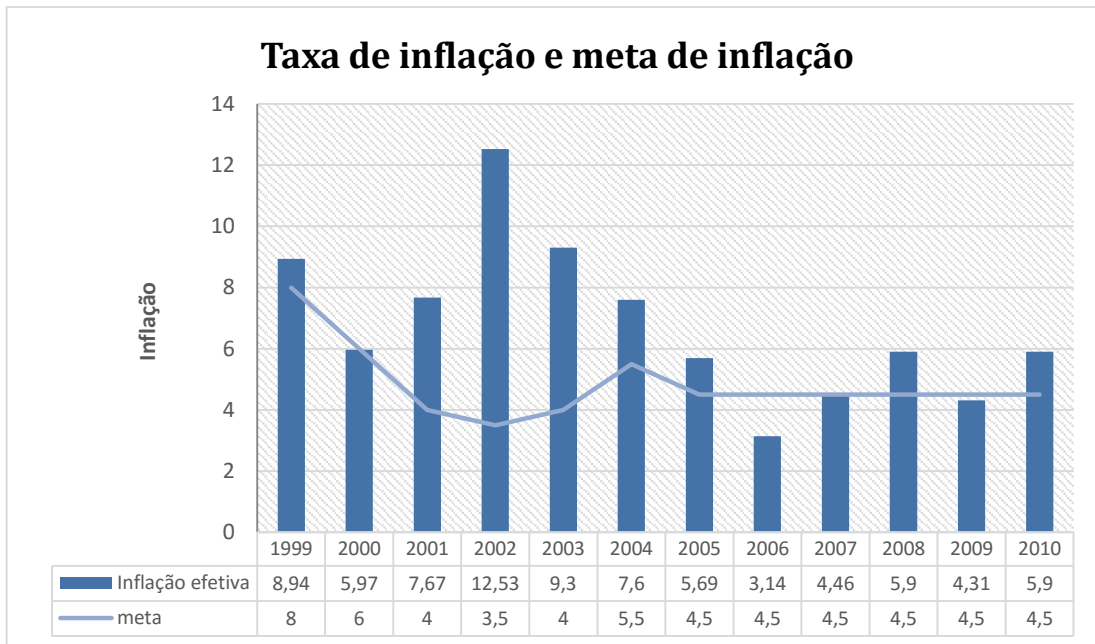
Em 2002 houve fugas de capitais do país, tanto de investimentos diretos, como de indiretos, elevando a taxa de câmbio, que ultrapassou a barreira dos R\$ 3,00/US\$1,00 e a meta de inflação não foi cumprida, a inflação acumulada no ano foi de 12,53%. A depreciação cambial também foi decorrente das incertezas do período eleitoral.

De acordo com Lopes (2011), no início de 2003 a inflação continuava sua ascensão causando preocupação no governo brasileiro, mas, mesmo fechando acima da meta, em 9,3%, a inflação do começo do ano se mostrou inercial.

Podemos verificar no gráfico abaixo, que o regime de metas estava sendo cumprido⁴ e a inflação não era mais um problema para o governo. No período de 2004 a 2010 não houve um período em que a taxa de inflação excedeu a meta, contribuindo para o melhor desenvolvimento do Brasil, pois o governo, população e as empresas podiam fazer um melhor planejamento da utilização dos recursos.

³ Sistema Nacional de Liquidação e Custódia

⁴ Dentro do intervalo da banda.

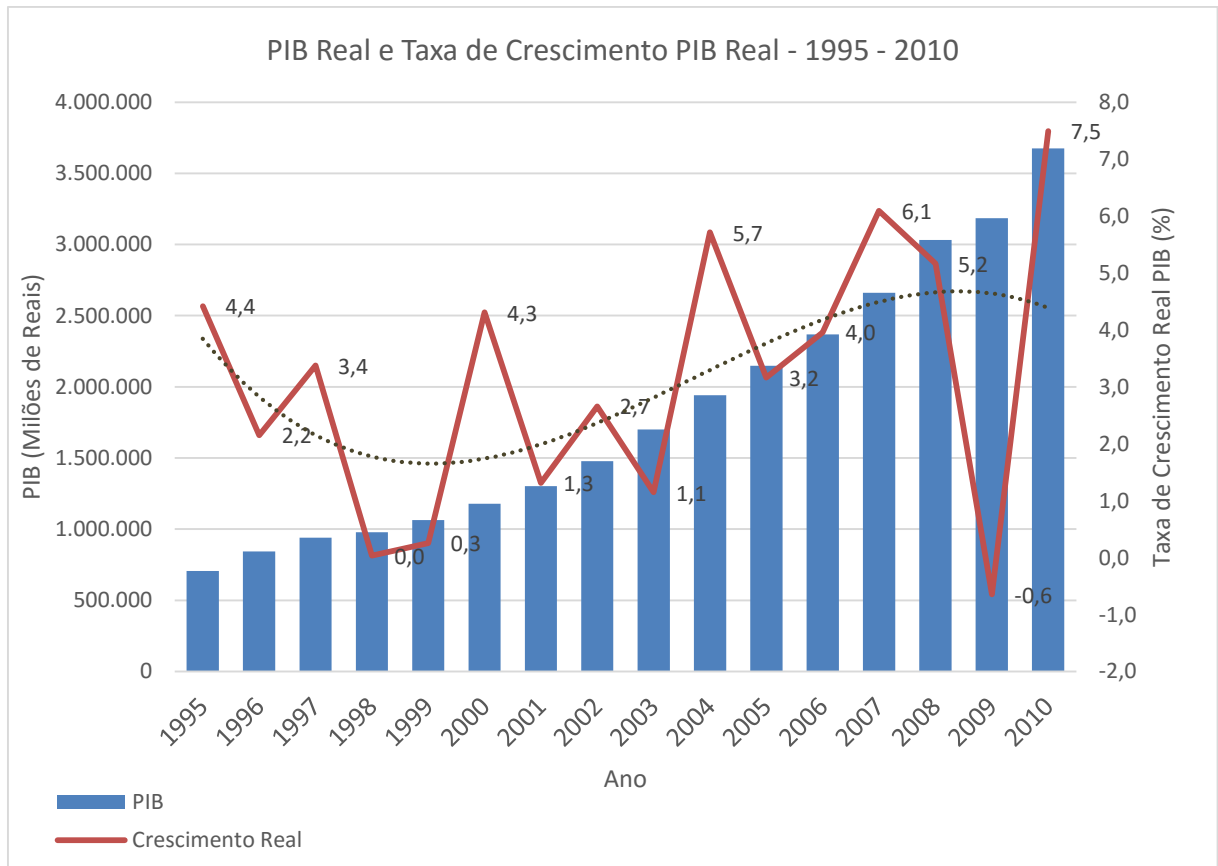
Gráfico 6: Taxa de inflação e meta de inflação (1999 a 2010)

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no IBGE; BCB.

O intervalo de 2004 a 2008 foi marcado por um período em que não ocorreram crises internas e externas, criando condições para a melhora do desenvolvimento econômico nacional. Como podemos verificar no gráfico 2, o PIB nesse período teve um crescimento significativo, com taxa média de 4% ao ano, contribuindo para uma redução na taxa de desemprego passando de 11,5% em 2004 para 7,9% em 2009 e, conseqüentemente gerando uma melhora na distribuição de renda.

A crise americana de 2008 fez com que o PIB tivesse uma redução no crescimento se comparado aos anos anteriores, porém logo em 2009 o país começou a se recuperar e o PIB voltou a crescer novamente.

Gráfico 7: Produto Interno Bruto (PIB) – R\$ bilhões correntes (1995 a 2010)



Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no Ipeadata.

Neste período em que a inflação estava controlada e o país apresentando melhorias no desenvolvimento econômico, foi a década em que o Brasil obteve a melhor redução na concentração de renda, apresentando melhorias no índice de Coeficiente de Gini.

Tabela 3: Desigualdade de renda no Brasil (2001 a 2009)

Desigualdade de renda - Coeficiente de Gini									
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Gini	0,596	0,589	0,583	0,572	0,570	0,563	0,556	0,546	0,543

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos no Ipeadata.

O índice de Coeficiente de Gini reduziu de 0,596 em 2001 para 0,543 em 2009, o que representa uma queda de 9% no período, se comparado com os anos anteriores, tratou-se da melhor redução.

6. Considerações Finais

Após anos de elevados índices inflacionários, e muitos planos de estabilização monetária fracassados, o governo brasileiro finalmente obteve bons resultados com a implantação do Plano Real em 1994.

O governo acreditava que em conjunto com a estabilização o PIB ganharia força e os índices de distribuição de renda iriam melhorar. Não foi exatamente o que aconteceu, a balança comercial passou a apresentar saldo negativo, com a taxa de cambio sobrevalorizada tornou-se vantajoso para a população importar produtos industrializados, pois estes estavam com preços mais atrativos e de melhor qualidade que os nacionais no mercado.

É importante mencionar que a forma de condução da política econômica que propiciou o sucesso no controle inflacionário através do Plano Real trouxe problemas e revelou algumas contradições que necessitariam análises mais aprofundadas e que extrapolam o limite deste trabalho.

Entre eles, o aumento da taxa de desemprego aumentando aliado ao baixo crescimento do PIB. Ou seja, o país, mesmo não sofrendo com as altas taxas de inflação, sofria com outros problemas macroeconômicos (como a taxa de juros e o desemprego citados nessa monografia) que, possivelmente, impediram a melhora na distribuição de renda. Embora o câmbio valorizado, que pode ser apontado como um destes problemas, favoreceu a queda da inflação e, assim, impediu quedas salariais em termos reais. No começo do ano de 1999 houve, então, a flexibilização da taxa cambial brasileira. O país encontrava-se em uma situação que não havia mais condições para que a taxa cambial permanecesse artificialmente alta, pois afetava negativamente a credibilidade do regime e as condições de crescimento econômico do país. O país voltou a ter mais controle sobre a taxa de desemprego e o governo implantou o Regime de Metas para a inflação, para ter um controle sobre o índice geral de preços.

A partir dos anos 2000, observando o Coeficiente de Gini e a distribuição de recursos pode-se verificar uma melhora na distribuição de renda. O Coeficiente de Gini reduziu seu índice de 0,596 em 2001 para 0,543 em 2009, o que representa uma queda de 9% no período. O mesmo pode-se verificar na distribuição de recursos, a renda dos 10% mais ricos da população, que representava 47,44% da renda total em 2001, reduziu para 41,81%, em contrapartida, o rendimento dos mais pobres teve um pequeno aumento. Os 40% mais pobres

que detinham a pequena parcela de 8,15% da renda total em 2001, passaram a deter 10,7% da renda total em 2011, o que representa um aumento significativo de 31%. Se comparado com os anos anteriores, tratou-se da melhor redução.

O objetivo deste trabalho foi verificar se a implantação do Plano Real contribuiu para que houvesse a diminuição da desigualdade no país. Analisando os dados e a partir da leitura de um vasto material de como a distribuição de renda se deu a partir dos anos 80, ficou explícito que a inflação afeta negativamente a distribuição de renda, ou seja, os dois índices tem correlação. Pois nos períodos de descontrole inflacionário os índices de desigualdade social no Brasil seguem a mesma linha do excessivo aumento de preços.

Porém, podemos constatar através dos dados apresentados neste trabalho, que apesar da queda recente na desigualdade de renda brasileira, esta ainda permanece muito alta e uma grande parcela da população tem uma pequena parte de recursos financeiros enquanto uma pequena parte tem grande posse de recursos. Dessa maneira, o governo brasileiro precisa buscar oportunidades de melhoria, pois há uma discrepância gigante entre os mais ricos e mais pobres. O controle da inflação tem um efeito limitado sobre a distribuição de renda, ou seja, não é o suficiente para melhorar a distribuição de renda, é necessário que o governo também priorize outras políticas econômicas para que esta continue a melhorar no decorrer dos anos.

7. Referências Bibliográficas

ARBIX, G. **A queda recente da desigualdade no Brasil**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.33 n° 64, 2007.

BACHA, E.L. **O Plano Real: uma avaliação**. In: MERCADANTE, A (org.). O Brasil pós – Real: a política econômica em debate. 1 ed. Campinas, SP: Instituto de Economia Unicamp. IE, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB): Disponível em: “<http://www.bcb.gov.br/pt-br>”

BARBOZA, A.L.M. **A Relação entre inflação e distribuição de renda**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade- USP, São Paulo, 2008.

BARI, M. L. **Três anos de Plano Real: uma reflexão sobre a política econômica do governo no contexto da globalização**. In: MERCADANTE, A (org.). O Brasil pós – Real: a política econômica em debate. 1 ed. Campinas, SP: Instituto de Economia Unicamp. IE, 1998.

BARROS, R. et al. **Conseqüências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Parcerias Estratégicas – análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2004). Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 21- 48, 2000

BRESSER, L.C. **A economia e a política do Plano Real**. Revista de Economia Política, v. 14, nº4, outubro/ dezembro de 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Exposição de Motivos nº 395**. In: Revista de Economia Política. v. 14 nº 02 (54), 1993.

Coelho, G. N., & Racy, J. C. **Os determinantes da distribuição da renda brasileira no plano real no período de 1994 a 2002**. Jovens Pesquisadores-Mackenzie, 4(1), São Paulo, (2010).

CORREA M. A. **32 anos de inflação no Brasil. Monografia de conclusão de curso**, Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), São Paulo, 2011.

COUTINHO, L e BELLUZZO, L.G. **Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas**. Economia e Sociedade, nº 7, dezembro de 1996.

FRANCO, Gustavo H. B. **O Plano Real e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1994.

GRASEL, D. **Brasil: Plano Real e a Estabilização Econômica Inacabada**. Revista Informe GEPEC, ano 9, nº 1, janeiro de 2005.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea**. (1945 -2010) 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. In: HOFFMANN, R. et al. Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. Estudos Avançados. Vol. 15 (41), Scielo Brasil, São Paulo, 2001, p. 67-76.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) Apresenta dados sobre PIB, coeficiente de gini, taxas de inflação. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>

LACERDA, Antonio C. **Distribuição de renda no Brasil nos anos 80**. In: Revista de Economia Política, v.14 n ° 3 (55), 1994.

LOPES, Caio T. **A inflação controlada e a melhora da distribuição de renda no Brasil após a implantação do Plano Real** – Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação da Faculdade de Ciências Econômica da UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MEDEIROS, M. **uma introdução às representações gráficas da desigualdade de renda**. Texto para discussão no 1202. Brasília, 2006.

MERCADANTE, A. **As Bases do Novo Desenvolvimento no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2010.

MERCADANTE, A. **Plano Real e neoliberalismo tardio**. In: MERCADANTE, A (org.). O Brasil pós – Real: a política econômica em debate. 1 ed. Campinas, SP: Instituto de Economia Unicamp. IE, 1998.

MONTAGNER, D. **Estabilização e desenvolvimento no plano real: combate à inflação, Reestruturação produtiva e recuperação da moeda nacional**. Revista Urataguá – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM, n. 20, 2010.

NERI, Marcelo. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. Ensaio Econômico**. Escola de Pós- Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, nº637, Dezembro de 2006.

NETTO, A. D. **O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico**. In: MERCADANTE, A (org.). O Brasil pós – Real: a política econômica em debate. 1 ed. Campinas, SP: Instituto de Economia Unicamp. IE, 1998.

OLIVEIRA, G. **Brasil Real: Desafios da pós-estabilização na virada do milênio**. 2.ed. São Paulo: Mandarim, 1996.

OLIVEIRA, THAIS D. **Plano Real e a nova realidade brasileira** - Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Araraquara, 2011.

PAES DE BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel Nathan; e ULYSSEA, Gabriel, orgs. (2007). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente — Volume I**. Rio de Janeiro. Versão eletrônica disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000**, IV encontro da associação Keynesiana Brasileira, agosto 2011.

SILVA. M. L. F. **Plano Real e ancora Cambial**. Revista de economia política. São Paulo, vol. 22, n. 3 (87), 2002.

SOARES, S. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período de 2001 a 2004**. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.166).

TAVARES, M. C. **A economia política do Real**. In: MERCADANTE, A (org.). O Brasil pós – Real: a política econômica em debate. 1 ed. Campinas, SP: Instituto de Economia Unicamp. IE, 1998.